

As serrarias enquanto espaços de memória

Tatiane Lazzarotti

Acadêmica do curso de Mestrado em História da UFS, Campus Chapecó

Introdução

A história é uma construção social e permite fixar informações ao longo do tempo e dá identidade ao ser humano. A memória permite um envolvimento que estimula o sentimento e alimenta a necessidade do ser humano saber sobre si, sobre seu passado, sobre seu presente, sobre suas conquistas. Os registros culturais propiciam a oportunidade de refletir, criticar e compreender melhor determinado grupo social. Preservá-lo é registrar, resguardar e conservar o seu vasto repertório de elementos, de modo a consolidar a memória e a identidade coletiva.

Segundo (Michelon; Machado Júnior; Gonzalez, 2012), a manutenção da memória coletiva de uma sociedade auxilia na construção da história que deve ter seu patrimônio cultural preservado e conhecido. Choay, 2007, vê o patrimônio cultural como um norte para a sociedade, servindo de referência e representando um lugar de identidade. Para Le Goff (2010, p. 471), “[...] a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

A chancela da Paisagem Cultural é o mais novo instrumento de preservação e representa uma inovação na maneira de trabalhar com o patrimônio cultural brasileiro. Lançado em 2009 pelo IPHAN pela nº 127/2009, que a regulamentou e definiu-a como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. É qualquer paisagem que tenha sido alterada pelo homem.

Nos estudos de Holanda (1957), o território protagonizado e constituído pelos primeiros habitantes sofre alterações, recebe novos valores com a chegada do colonizador. Historicamente, o Brasil foi literalmente vislumbrado pela primeira vez pelos navegadores portugueses no início do século XVI. Entretanto, esta região imensa que é hoje todo o Oeste catarinense, manteve-se intacta até sensivelmente o término do século XIX.

VII HISTÓRIA EM DEBATE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL NATUREZAS E FRONTEIRAS
E VII SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGH/UFS
ISSN 2675-0635

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005 p. 118)

O oeste do Estado de Santa Catarina foi povoado por diferentes grupos humanos e os efeitos dessas incursões geraram impactos ao meio ambiente. Todo o Oeste catarinense era habitado por índios guaranis e no território havia apenas a imensidão verde da floresta, onde predominava a imponente araucária. Saint-Hillaire, botânico que esteve no Brasil entre 1816 a 1822, assim como muitos outros viajantes que estiveram no Brasil no período colonial, descrevem os diferentes aspectos do país. Sua natureza despertou a curiosidade, o interesse científico ou a cobiça de muitos que aqui aportavam. A araucária, que segundo Hillaire, não apenas enfeitava os campos, como também extremamente útil aos seus habitantes foi uma das espécies vegetais mais exploradas no início da colonização da região.

A história econômica do Brasil teve início com a exploração da madeira e o pau-brasil, foi o primeiro produto comercial da nova terra descoberta. As florestas de araucárias do Brasil tiveram sua exploração econômica associada, na maioria das vezes, com a imigração e a migração de colonos interessados na ocupação da área com lavouras. Conforme apontam os pesquisadores, “De fato, a presença do pinheiro do gênero araucária (*Araucaria angustifolia*), o chamado pinheiro brasileiro, nos três estados meridionais do Brasil, determinaram, em grande parte, o rumo de sua ocupação e organização”. (RIBEIRO & POZENATO, 2005, p. 148).

A região Sul, foi considerada uma região propícia para a prática do extrativismo vegetal e da agropecuária. Através da ocupação humana os recursos naturais da região poderiam ser explorados, movimentando a economia a nível local, estadual e nacional. Nos primeiros tempos de cada colônia, caso não houvesse serrarias instaladas, a extração do pinheiro era feita em escala artesanal, com objetivo de desbastar as áreas para o cultivo agrícola ou para produzir madeira para o uso doméstico. Na busca de novas terras, os caminhos conduziram os imigrantes e suas famílias ao Oeste e Meio Oeste Catarinense.

De acordo com Silvio Coelho Santos, ao mesmo tempo em que a colonização começa a interessar aos governos provinciais, várias companhias europeias procuram ter concessões

de terras para iniciar a colonização das áreas do Sul do Brasil que ainda encontravam-se inteiramente despovoadas. A própria construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul foi paga mediante a concessão de extensos pinheirais a uma empresa estadunidense, que instalou um sistema de extração da madeira com a tecnologia mais avançada disponível na época. Neste mesmo período do início do século XX, formaram-se inúmeros empreendimentos de colonização, principalmente nas regiões oeste e meio oeste do Estado, cuja primeira etapa consistia na extração dos pinheiros, para depois efetuar a venda das terras aos colonos.

Em 1918, é fundada a Companhia Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, e esta é responsável pela venda das primeiras glebas de terras aos colonos imigrantes que vieram para ocupar as terras que hoje fazem parte do município de São Domingos. O município está situado na região Oeste de Santa Catarina, a 620 Km da capital Florianópolis e ocupa uma área de 413 Km². Tem sua população formada por descendentes dos primeiros colonizadores que aqui chegaram. Vindos principalmente do Rio Grande do Sul, interessados nas riquezas naturais da região. As terras eram extremamente férteis e possuíam uma flora riquíssima de araucárias e erva-mate, além de outras madeiras de lei até então totalmente inexploradas.

Entre 1940 e 1961, vão surgindo as serrarias de Benjamim Bressan, na Linha Polvarinho, a de Domingos Baldissera e José Mulinari na Linha Quebra-Queixo, a de Ângelo Bressan na linha São Brás, a da família Pretto na Linha Imigra e na sede do município, as serrarias de Germano Griss a da família Bigolim. Cada vez mais, as serrarias iam atraindo pessoas que vinham em busca de trabalho e também se aventuravam para instalar seus pequenos comércios, como armazéns, ferrarias, moinhos e ervateiras. Aos poucos o distrito foi sendo ocupado, sendo as serrarias as primeiras indústrias do município e as principais responsáveis pelo crescimento do local que hoje é o município de São Domingos. Elas fazem parte do patrimônio cultural do município, pois, esta pequena indústria foi fundamental para o povoamento e crescimento do local. Possui, portanto, importância histórica e cultural fundamentais para a preservação da memória e manter viva a identidade do seu povo.

Objetivo

Analisar como se formou a paisagem cultural através da atividade das serrarias no município de São Domingos, visto que elas foram o alicerce para a configuração do atual território

Metodologia e indicação da literatura

Baseado numa pesquisa qualitativa, o estudo será voltado a pesquisas bibliográficas, com revisão histórica, teórica e metodológica sobre a paisagem cultural, memória e patrimônio, contextualizando com a colonização do Oeste Catarinense onde São Domingos está inserido e logo após estreitando para a história do município de São Domingos, sendo que este teve sua origem voltada para na atividade madeireira.

Utilizou-se de fontes que descrevem como foi a chegada dos imigrantes italianos no Brasil, quais as razões que os trouxeram a terras distantes, como se deu essa ocupação e como era seu modo de vida, conforme encontrados em Radin (1997), Battistel (1981), Boni (1987), Piazza e Hubener (1983), Santos (1998). Merece destaque também os estudos de Cavalcanti (2021) que trata sobre o histórico das migrações e sobre o diálogo sobre as paisagens, as formas de ocupação da terra e a devastação do meio ambiente, as obras utilizadas para discussão foram as de Peluso (1991), Chama (1996), Claval (2004) e Diegues (2008) e Brandt (2015). Ribeiro (2007), CHOAY (2017) e IPHAN (2009) sobre paisagem cultural e patrimônio. A obra de Worster (2003) também é utilizada para abordar a história ambiental.

Resultados Parciais

Compreender o processo colonizatório é fundamental para identificar quais foram os alicerces que nortearam o modo de vida da população de uma região. A floresta, antes espaço de criação, passou a ser vista como um recurso a ser explorado, tanto em madeira, no caso das serrarias, quanto em seus solos para a abertura de lavouras, fragmentando a paisagem florestal e as formas de uso da floresta e de seus recursos naturais. A grande propaganda promovida pelo Brasil, aliada à crise social vivida na Itália, incentivou a chegada de grande número de imigrantes.

Assim como a memória, o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na reconstrução das identidades, da história oficial e dos sujeitos comuns. O estudo da atividade desenvolvida pelas serrarias no município é uma chave de entrada para a compreensão de uma época que conduziu a mudanças sociais e também ambientais que configuram a sociedade atual.

Referências

Alencar ARARIPE, F. M. . (2022). **Do patrimônio cultural e seus significados**. disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6371>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

BATTISTEL, Arlindo. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia. São Lourenço de Brindes, 1981.

BONI, Luiz A. de (Org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, Est. 1987.

_____. Convenção do Patrimônio Mundial, 1999. IPHAN. Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 08 de junho 2023.

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do sul-sudeste. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-48, 2008.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) Paisagens textos e identidade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL PAISAGEM CULTURAL (IPHAN) **Paisagem Cultural**. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2023

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2010.

MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa (orgs.). **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal, 2012, 359 p.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

PIAZZA, Walter F. e HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: História da Gente**. Editora Funadelli, Florianópolis, SC, 1983.

Prefeitura de São Domingos. Aspectos históricos e geográficos. Disponível em <<https://saodomingos.sc.gov.br>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense**. Ed. UNOESC. Joaçaba .SC, 1997.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Revisão Técnica. Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro**: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 152

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.